

# Direitos e Deveres de Usuários de Programas de Computador em Órgãos Públicos

Márcio Ghisi Guimarães\*

## Resumo

A Lei nº 9.609, de 19.02.98, que dispõe sobre a proteção de propriedade intelectual de programa de computador, e a Lei nº 9.610, de 19.02.98, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais, consolidaram direitos e deveres relativos à utilização de programas de computador. Assim como na iniciativa privada, agentes públicos e órgãos públicos também estão regidos por essas leis.

Violação de direitos e obrigações sobre programas de computador podem levar órgãos públicos a perdas financeiras indesejáveis, relacionadas ao pagamento de licenças, multas e indenizações, as quais podem atingir grandes valores a ponto de comprometer a administração pública.

**Palavras-chave:** Programa de Computador; Direitos Autorais; Licença; Registro

## Da proteção de propriedade intelectual de programa de computador

No Brasil, na década de noventa, era prática comum a instalação de programas de computador sem a respectiva licença. Por ainda sermos um país em desenvolvimento, onde os recursos financeiros são escassos, e por herdarmos um pouco da prática da década passada, e também por desconhecimento de lei, é possível que haja programas de computador que necessitem de licença de uso, instalados em computadores de órgãos públicos sem a devida licença.

Cabe então aos Tribunais de Contas a orientação e fiscalização sobre a necessidade das licenças de programas de computador nas unidades gestoras de suas competências, para que estas não sejam surpreendidas por uma descontrolada utilização de programas sem licenças, quando o caso.

Quanto à utilização de serviços terceirizados de informática, especialmente no tocante à aquisição de programas de computador, cabe também aos Tribunais de Con-

\* Analista de Sistemas. Mestre em Sistemas de Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor da Unisul. Auditor Fiscal de Controle Externo do TCE/SC.

tas esclarecer os direitos que as unidades gestoras tem sobre o perfeito funcionamento dos programas adquiridos, o que muitas vezes, por desconhecimento da Lei nº 9.609, acabam pagando contratos de manutenção desnecessários.

Desta forma, uma das vias de evitar custos

com licenças e riscos de usar programas não licenciados é a adoção de programas de computador livres, os chamados “softwares livres”, tendência cada vez maior de adoção em órgãos públicos, nos casos em que seja possível a substituição de programas com licenças pagas por programas de livre utilização.

## Da proteção aos direitos de autor e do registro

A Lei nº 9.609, em seu art. 1º, utiliza a expressão “programa de computador” em substituição da palavra “software” para definir qualquer conjunto organizado de instruções em linguagem natural ou codificada. Assim sendo, tudo o que for desenvolvido ou comercializado nas dependências dos órgãos públicos por servidores ou estagiários, em termos de Software, passa a ter a denominação de programa de computador e, assim sendo, a ser regido pelas disposições da Lei nº 9.609 e pela Lei nº 9.610, relativa a Direitos Autorais e conexos vigentes no País.

É conveniente ressaltar que qualquer autor de programa de computador tem o direito de opor-se a alterações em programas, quando estas prejudicarem a sua honra ou a sua reputação (Lei nº 9.609 Art. 2º, § 1º). Assim, autores de programas podem ficar mais seguros, sabendo que está amparado por lei, em se opor a alterações em programas que resulte em atos ilícitos.

Também é importante comentar que alguns programas de computador, por terem finalidade muito específica para órgãos públicos, não são criados por empresas particulares, por seu restrito universo de usuários que possam comprá-los. Desta forma, os próprios

órgãos públicos tomam a iniciativa de desenvolver seus próprios programas. Por exemplo: o Tribunal de Contas de Santa Catarina desenvolveu o Sistema de Acompanhamento de Contas Públicas e, atualmente, em conjunto com outros Tribunais, está desenvolvendo o Sistema e-SFINGE. Assim, a única maneira de proteger esses programas contra terceiros é registra-los no Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI. O registro não é obrigatório, mas é recomendável como forma de proteção e comprovação da titularidade de um programa de computador (Lei nº 9.609 Art. 3º). O registro está amparado pela resolução INPI nº 58, de 14 de julho de 1998, que estabelece normas e procedimentos relativos ao registro de programas de computador.

Quanto à titularidade de programa de computador, salvo estipulação em contrário, pertencerão exclusivamente ao empregador, contratante de serviços ou órgão público, os direitos relativos ao programa de computador desenvolvido e elaborado durante a vigência do contrato de trabalho ou vínculo estatutário (Lei nº 9.609 Art. 4º). Sendo assim, foi-se o tempo em que um servidor público criava um programa e, se exonerado, excluía todo o código fonte, deixando o órgão público sem os programas. Qualquer em-

pregado ou servidor que cometer tal atitude poderá ser punido pelo órgão prejudicado por perdas morais e patrimoniais. Como também o servidor, ao rescindir seu contrato de trabalho ou ser exonerado, salvo estipulação em contrário, não tem direito nenhum de titularidade sobre o programa de computador, apenas o seu direito de autoria. Esse é limitado a apenas a remuneração contratada durante a vigência do contrato de trabalho. Desta forma, não pode um servidor ao deixar um órgão público, levar uma cópia dos programas desenvolvidos por ele, e comercializa-los com terceiros.

A Lei nº 9.609, em seu art. 4º, § 2º, deixa claro que pertence ao empregado ou servidor

com exclusividade os direitos concernentes a programa de computador quando estes forem gerados sem relação com o contrato de trabalho, e sem a utilização de recursos do empregador, materiais ou equipamentos.

Assim, se um servidor desenvolver um programa fora do horário do expediente, mas utilizando as instalações, equipamentos e recursos do órgão público, tudo que esse servidor tem direito é apenas a remuneração de horas extras, se autorizadas. Ou seja, pela simples alegação de que os programas foram desenvolvidos fora do expediente, a titularidade não pertence ao servidor. Pode é ser considerado como autor, para efeitos de *curriculum vitae*.

## Das garantias aos usuários de programa de computador

A licença de uso de programa de computador é caracterizada por um contrato de licença ou pela emissão da nota fiscal de compra. No contrato ou na nota fiscal, deve estar especificado o prazo de validade técnica da versão comercializada (Lei nº 9.609 Art. 7º). A Lei não especificou qual o prazo ou pelo menos perdeu a oportunidade de especificar algum prazo. Então se entende que o prazo de validade técnica é proporcional ao valor do programa comprado. O que não é cabível é a compra de um programa no valor de R\$ 200.000,00 com um prazo de validade de seis meses. O ideal seria algo em torno de três a cinco anos, para diluir o investimento realizado. Como também não é cabível de programa adquirido por um valor de R\$ 100,00 ser exigido um prazo de validade técnica de cinco anos. Se o prazo de validade técnica prejudicar um usuário, caberá aos juízes determinar o prazo ideal.

E qual a importância do prazo de validade técnica? A importância está em que aquele que comercializar programa de computador deverá, durante o prazo de validade técnica, assegurar aos respectivos usuários a prestação de serviços técnicos relativos ao adequado funcionamento do programa, (Lei nº 9.609 Art. 8º).

Deve-se ressaltar que a prestação dos serviços de manutenção está coberta pelo prazo de validade técnica, ou seja, durante esse prazo, o programa deve funcionar para o que foi concebido, sem erros ou bugs. Assim, não é necessário haver “Contrato de Manutenção Técnica” para cobrir algo que a própria validade técnica já cobre. Contrato de manutenção deve ser opcional e com o intuito de disponibilizar ao usuário novas versões mais abrangentes. O que não pode acontecer é um contrato de manutenção ter por finalidade apenas o conserto de erros de programas.

## Das infrações e das penalidades

Violar direitos de autor de programa de computador: pena de detenção de seis meses a dois anos ou multa, e se a violação for para fins de comércio, pena de reclusão de um a quatro anos e multa (Lei nº 9.609 Art. 12º). Convém lembrar que muita atenção deve ser dada à multa.

Não é finalidade dos órgãos públicos comercializar programas como uma loja, mas podem usá-los em grande quantidade. Imagine-se o porte de uma prefeitura de uma população de aproximadamente 250.000 habitantes, quantos computadores poderá utilizar: em gabinetes, secretarias, departamentos, setores, escolas, postos etc. Uma prefeitura desse porte pode ter aproximadamente 150 computadores. Também deve ser levado em conta que cada unidade pode utilizar mais de um programa de computador. Algo em torno de três, podendo em alguns casos chegar a um número bem maior. Fazendo as contas, para 150 computadores com três programas insta-

lados em cada um, tem-se um total de 450 programas instalados nessa prefeitura.

Caso essa prefeitura sofra uma vistoria requisitada pelo fabricante do programa e não encontre as licenças de uso requeridas, o custo financeiro aos cofres municipais pode ser alto. Baseando-se em uma média de R\$ 1.300,00 para cada programa, o valor total de R\$ 585.000,00 será necessário somente para legalizar essas licenças pendentes.

Como a infração não é para fins de comércio, a pena prevê detenção ou multa. Supondo que o juiz atribua uma multa de 20%, o custo total para essa prefeitura poderá chegar a R\$ 702.000,00 quantia que pode comprometer uma administração municipal.

Assim sendo, é de grande importância que os órgãos públicos tenham total controle dos programas instalados em seus computadores, através de mecanismos de controle interno pela área de tecnologia de informação.

## Referências

BRASIL. Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre a proteção de propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, n. 36, 20 fev. 1998. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, n. 36, 20 fev. 1998. Seção 1, p. 3.